

Servidores apresentam propostas para superação da crise ambiental

Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal teve como tema políticas ambientais e povos indígenas nesta quinta-feira, 5. A mesa de palestrantes contou com a presença da Secretária de Administração da Condsef/Fenadsef, Jussara Griffó, e do presidente da Ascema Nacional, Denis Rivas, além de representantes da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Observatório do Clima. O evento foi coordenado pela deputada federal Érika Kokay (PT-DF) e teve a contribuição da parlamentar indígena Joênia Wapichana (Rede-RR).

Na ocasião, servidores do Meio Ambiente entregaram à titular da Comissão Erika Kokay carta com propostas para superação da crise. Ontem, quarta-feira, o documento foi apresentado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O texto traz medidas para estancar a crise socioambiental no curto prazo e iniciar um processo de reestruturação da política socioambiental no País.

A carta entregue ressalta que esta crise, diferentemente de anos anteriores, é caracterizada pelo desmonte e pela omissão dos atuais gestores, que não têm, em geral, experiência e capacitação para ocupar os cargos. "Estima-se que seriam necessários centenas de anos para recuperação plena das áreas afetadas na Amazônia", afirma o texto. Diante disso, os servidores propõem a troca do atual ministro do MMA por um novo titular que "compreenda a importância e a dimensão da pasta, defenda a política socioambiental e não tenha sido condenado por improbidade administrativa."

Fora Ricardo Salles

Representando os servidores públicos federais, responsáveis por executar as políticas públicas do governo, Jussara Griffó denunciou a

ausência de projeto de Estado para a questão ambiental na gestão Bolsonaro e reforçou a necessidade de demissão do ministro Ricardo Salles. De acordo com técnicos do Meio Ambiente, os caminhos estudados para superação da crise são incompatíveis com o perfil de Salles.

O Decreto nº 9.727/2019 estabelece critérios, perfil profissional e procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Executivo Federal. Isto significa que, por lei, ministros de Estado devem ter atuação profissional relevante na área sob seu comando. A regra não é seguida no caso de Ricardo Salles, que não tem qualificação e nem experiência comprovada para atuar no cargo de gestor público do Meio Ambiente.

Além da retirada de Ricardo Salles e de atenção ao decreto de adequação técnica de indicados aos cargos comissionados de direção, a Condsef/Fenadsef também defendeu a realização de concursos públicos, investimentos públicos para melhoria das condições de trabalho, liberação de recurso para políticas ambientais e indigenistas, e reestruturação do MMA.

Reforma administrativa

A MP de reestruturação ministerial de Bolsonaro, que extinguiu as pastas do Trabalho, da Cultura e outros, afetou o Meio Ambiente apesar de ter mantido o ministério. Jussara Griffó recordou em sua fala que inicialmente o governo queria fechar o MMA, mas desistiu. Sua manutenção, entretanto, não significou atenção à pauta.

"A reforma administrativa afetou o Meio Ambiente e está acabando com todas as políticas públicas existentes, mas o discurso oficial culpabiliza os servidores", declarou Griffó.

A Secretária de Administra-

ção da Condsef/Fenadsef apontou que governo está assediando os servidores, dizendo que eles não trabalham, que ganham muito e que têm privilégios. Essa estratégia é usada para desviar a atenção da responsabilidade do Estado, que tem implantado uma política de cortes e contingenciamento que prejudica a sociedade como um todo. A situação da Amazônia ilustra o problema grave.

Analista de Políticas Públicas do WWF, Bruno Taitson ressaltou que as consequências do desmonte dos setores de fiscalização e de proteção: "20% do desmatamento foi registrado em unidades de conservação ambiental e em territórios indígenas, que o Estado tem o dever constitucional de proteger. Ao mesmo tempo em que existe este número crescente, as notificações diminuiriam 30%. Como é que as multas diminuem nesse contexto? Não precisa ser um gênio para entender que faz parte de um desmantelamento da legislação e dos direitos dos povos indígenas", comentou Taitson.

Discursos enganosos

O analista do WWF também destacou o poder perigoso do discurso oficial que estimula o não cumprimento da lei ambiental. Em 2012, Bolsonaro foi multado por pesca irregular em uma estação ecológica do Rio de Janeiro. Ao assumir o governo, atacou a fiscalização e ações de proteção do Ibama. Representante do Cimi, Cleber Buzzato também evidenciou com preocupação com a postura discursiva do presidente.

"São estratégias que pretendem colocar parte da sociedade contra indígenas e seus aliados. Isso é preocupante porque são discursos feitos por autoridades que servem como combustível para violência contra povos em seus territórios. A via discursiva se traduz em agressões, inclusive em terras já demarcadas", avaliou Buzzato.

Fonte: Condsef



Governo quer acabar com estabilidade e reduzir jornada e salário de servidores

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) estuda apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a estabilidade dos servidores, reduzir jornadas de trabalho e salários. O objetivo da PEC é driblar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e um artigo da Constituição. O STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que prevê a redução da jornada e dos salários de servidores quando os gastos alcançarem o teto de 60% do orçamento. Já a estabilidade dos servidores públicos, está garantida no artigo 41 da Constituição.

A proposta da PEC tem apoio de parte do Congresso Nacional. O senador José Serra (PSDB/SP), por exemplo, incluiu uma emenda no texto da reforma da Previdência, que ainda irá à votação no Senado, que permite a redução da jornada e, desta forma, a diminuição dos salários do funcionalismo.

Os ataques ao serviço público do país são vistos como parte de uma política entreguista e neoliberal econômica que quer criminalizar o servidor público, para que a população acredite que é melhor privatizar e vender tudo. No último dia 21, o governo já anunciou um pacote de 17 estatais que pretende privatizar ainda este ano.

A avaliação é do deputado federal e ex-presidente da CUT-PE, Carlos Veras (PT), do diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Pedro Armengol de Souza, e do professor de Ciência Política e Economia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, William Nozaki.

Pedro Armengol concorda que a redução do funcionamento da máquina pública, com a não realização de concursos públicos para a contratação de novos servidores e as tentativas de retirada de direitos da categoria, faz parte de um plano para atender ao mercado financeiro. Segundo ele, Bolsonaro dá continuidade à política iniciada com o ilegítimo Michel Temer (MDB/SP) que instituiu a Emenda Constitucional nº 95, do Teto dos Gastos Públicos, que congelou os investimentos por 20 anos, para garantir os rendimentos dos capitais especulativos.

Armengol diz ainda que a maioria das políticas públicas, como segurança, meio ambiente e saneamento, está sofrendo com sérias dificuldades porque o único objetivo desse governo é retirar direitos e vender tudo.

Confira o muda para os futuros servidores se a PEC for aprovada:

Criação de contrato por

tempo indeterminado sem previsão de estabilidade no cargo. Manutenção da estabilidade apenas para cargos considerados sensíveis, como auditores e diplomatas

Redução do número de carreiras do Executivo de 117 para no máximo 30

Redesenho das tabelas salariais para que se aproximem do setor privado

Redução dos salários de entrada

Reestruturação das progressões para que o servidor só atinja o teto salarial no fim da carreira

Extinção da progressão automática por tempo de serviço

Maior rigor na fase de estágio probatório

Mudanças que afetam também os atuais servidores:

1. Avaliação de desempenho mais rigorosa. Deve ser criado sistema de pontos no qual o gestor não consegue dar nota máxima a todos os servidores e é forçado a fazer avaliação criteriosa

2. Novos programas de capacitação

3. Revisão de benefícios como auxílio-moradia e auxílio-funeral

4. Marcação obrigatória de ponto eletrônico